



PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO

DISCIPLINA: Direitos fundamentais e Direito Civil constitucional

CARGA HORÁRIA: 45 horas/aula

CRÉDITOS ACADÊMICOS: 3 créditos

PROFESSOR: Dr. Ricardo Alves de Lima

1 EMENTA

Pessoa e sua tutela civil-constitucional. Direito de Imagem e Liberdade de Informação. A pessoa e os dados: privacidade na internet. A pessoa e sua dimensão genética. A pessoa e sua dimensão familiar. Identidade pessoal. Sentido civil e constitucional da honra. Projeções post mortem da personalidade. Tutela constitucional da personalidade.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Discutir a tutela constitucional da pessoa na atualidade, em diálogo marcado pela intertextualidade, possibilitando uma integração do conteúdo jurídico com expressões culturais e artísticas, e pelo estudo de casos práticos paradigmáticos.

2.2 Objetivos específicos

- Relacionar casos práticos relevantes aos temas explicitados em cada encontro.
- Integrar expressões artísticas e culturais com os temas selecionados.
- Discutir as dimensões físicas, psíquicas, genéticas, familiares e morais da pessoa e sua tutela constitucional.
- Problematizar o aumento do potencial de dano à personalidade diante de normas antiquadas e dissociadas da realidade.
- Discutir os referenciais teóricos que relacionam o Direito Civil e o Direito Constitucional.

3 METODOLOGIA

Organização de dois blocos de trabalho que utilizarão diferentes técnicas didáticas, tais como: aulas expositivo-dialogadas, debates e discussões de reflexão, apresentação de seminários, leituras dirigidas e elaboração de trabalhos escritos.

4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Pessoa e sua tutela civil-constitucional

O objetivo desse encontro é a apresentação do professor, da disciplina e da metodologia utilizada. Para tanto será apresentado o primeiro tema como uso da metodologia de intertextualidade e debate de caso.

- a. DE CUPIS, Adriano. Os Direitos da Personalidade. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1961. p. 19 – 38.
- b. Intertexto
- c. Caso.

2. Direito de Imagem e Liberdade de Informação

Conceito e autonomia do direito de imagem. O peso da autorização no direito brasileiro. Autorização tácita e expressa. Exame de situações que dispensam a autorização do retratado no direito brasileiro. Liberdade de informação: conceito e tutela constitucional.

- a. SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 107 – 131.
- b. Intertexto: HAN, Byung-Chul. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 27 - 37.
- c. O caso Cicarelli.

3. A pessoa e os dados: privacidade na *internet*

Invasão de privacidade no ambiente virtual. *Spam, phishing spam, cookies* e outras ameaças. Circulação e vazamentos de dados pessoais na *internet*. LGPD e Marco Civil da *internet*. A transformação da privacidade em proteção de dados.

- a. TEFFÉ, C. S.; VIOLA, M. Tratamento de dados pessoais na LGPD: estudo sobre as bases legais. *Civilistica.com*, Rio de Janeiro, a. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/510/384>. Acesso em: 06 mar. 2024.
- b. Intertexto: Livro XII da *Odisséia*.
- c. Caso: livre

4. Autodeterminação e tutela da vontade humana

Análise crítica da teoria das invalidades do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor à luz das novas descobertas sobre o processo decisório humano. Tomada de decisões e técnicas de arquitetura de escolha (*nudges*) e os deveres de informação.

- a. OLIVEIRA, Ludmila Junqueira Duarte; STANCIOLI, Brunello Souza. *Nudge e informação: a tomada de decisão e o “homem médio”*. Revista Direito GV, SÃO PAULO, V. 17, N. 1, 2021.
- b. Intertexto: livre
- c. Caso: livre

5. A pessoa e sua dimensão genética.

Direito de conhecimento da origem genética. Pesquisas de ancestralidade.
Direito à não discriminação genética.

- a. GUEDES, Cristiano; DINIZ, Debora. *Um caso de discriminação genética: o traço falciforme no Brasil*. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, v. 17, p. 507, 2007.
- b. Intertexto: livre
- c. Caso: células Moore

6. A pessoa e sua dimensão familiar.

A família como espaço de formação da pessoa. Transformações conceituais e funcionais da família. Modelo familiar: entre a ideia de forma e função.

- a. FERRY, Luc. *Famílias, amo vocês: política e vida privada na época da globalização*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 73 – 102.
- b. Intertexto: Lavoura Arcaica, Raduan Nassar.
- c. Caso: Ângela Diniz

7. Identidade pessoal

Imagem e contexto, a tutela da identidade genética e do direito a conhecer as próprias origens, criação de perfis falsos na rede, a liberdade de orientação sexual e o tratamento jurídico da transexualidade.

- a. KONDER, Carlos Nelson de Paula. O alcance do direito à identidade pessoal no direito civil brasileiro. *Pensar, Fortaleza*, v 23, n. 1. Jan/mar. 2018.
- b. Intertexto: livre
- c. Caso: livre

8. Sentido civil e constitucional de honra

- a. SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 73 – 106.
- b. Intertexto: livre.
- c. Caso: livre

9. Projeções *post mortem* da personalidade

Tratamento normativo, jurisprudencial e doutrinário da transmissão de bens digitais, direito à privacidade e intimidade *post mortem*.

- a. Malheiros da Cunha Frota, P., Brandão Aguirre, J. R., & Muriack de Fernandes e Peixoto, M. (2020). TRANSMISSIBILIDADE DO ACERVO DIGITAL DE QUEM FALECE: EFEITOS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE PROJETADOS POST MORTEM. *Constituição, Economia E Desenvolvimento: Revista Eletrônica Da Academia Brasileira De Direito Constitucional*, 10(19), 564–607. Recuperado de <https://abdconstojs.com.br/index.php/revista/article/view/192>
- b. Intertexto: livre.
- c. Caso: livre.

10. Tutela constitucional da pessoa

Aula conclusiva do conteúdo programático da disciplina.

- a. STANCIOLI, Brunello. *Renúncia ao exercício de direitos da personalidade ou Como alguém se torna o que quiser*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.
 - b. Intertexto: livre.
 - c. Caso: livre.
11. Qualificação prévia dos artigos para entrega final e avaliação geral do curso.

5 CRONOGRAMA DOS ENCONTROS

Encontro	Data	Título do encontro	Seminário
1		Pessoa e sua tutela civil-constitucional	
2		Direito de Imagem e Liberdade de Informação	
3		A pessoa e os dados: privacidade na internet	
4		Autodeterminação e tutela da vontade humana	
5		A pessoa e sua dimensão genética	
6		A pessoa e sua dimensão familiar	
7		Identidade pessoal	
8		Sentido civil e constitucional de honra	
9		Projeções <i>post mortem</i> da personalidade	
10		Tutela constitucional da pessoa	
11		Qualificação prévia dos artigos para entrega final e avaliação geral do curso	
Paper		Entrega do paper para ppgd@fdsm.edu.br	

6. AVALIAÇÃO

Os instrumentos de avaliação consistem em

- a) Apresentação de seminário em grupo: 5,0 pontos
- b) Entrega de paper individual: 5,0 pontos

Os *seminários* terão por objeto a apresentação e discussão dos textos de referência programados para cada encontro. O grupo deve apresentar rigorosamente os argumentos da parte designada do texto, identificando com clareza e precisão conceitual:

- a) O contexto da discussão realizada pelo autor
- b) A questão central
- c) Objetivos
- d) O desenvolvimento da argumentação
- e) Conclusões ou resultados
- f) Reflexão crítica sobre as contribuições do texto para o estado da arte, importância, impacto e/ou possíveis fragilidades em seus pressupostos teóricos

A avaliação da qualidade do seminário levará em consideração esses 6 critérios.

Os *papers* devem observar:

- a) as normas gerais da ABNT e as específicas da Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, como por exemplo, dentre outras, o limite de páginas entre 15 a 20 laudas incluindo as referências e elementos pré-textuais, título, resumo, abstract, palavras-chave etc.
- b) O paper deve ser pensado como um futuro artigo para publicação, em coautoria com o prof. Orientador, em uma revista qualis. De modo que sua temática precisa relacionar tanto a temática da pesquisa do professor e da futura dissertação do mestrando, quanto os tópicos estudados na disciplina.
- c) É imprescindível que o paper tenha, além das referências bibliográficas usuais, pelo menos uma citação da Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas e de publicações de professores do PPGD/FDSM, de modo a demonstrar a aderência do trabalho à área de concentração e linhas de pesquisa do Programa.
- d) O conteúdo do paper deve apresentar as qualidades de inovação, relevância acadêmica, profissional e social, precisão conceitual, objetividade e clareza na organização do tema, problema, objetivo geral e objetivos específicos, metodologia, justificativa, desenvolvimento e resultados. Não serão admitidos ensaios científicos. A forma do paper deve ser a de artigo científico.
- e) Na introdução do paper é obrigatória a informação de que se trata de um trabalho vinculado ao projeto de pesquisa do prof. Orientador, inserido na área de concentração e linha de pesquisa do PPGD/FDSM, explicando também a relação entre a temática e o projeto do Prof. Orientador.

A avaliação da qualidade do paper levará em consideração esses 5 critérios. Os projetos de pesquisa dos Professores Orientadores estão descritos no site do mestrado, na página dos grupos e projetos de pesquisa.

7. BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Gabriella Souza da Silva; LOSURDO, Federico. Eutanásia no Brasil: entre o Código Penal e a dignidade da pessoa humana. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 5, n.2, p. 165-186, 2018.

BRANT, Cássio Augusto Barros. *Marco Civil da Internet: comentários sobre a Lei 12.965/2014*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

DE CUPIS, Adriano. *Os Direitos da Personalidade*. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1961.

FARIA, Guilherme Nacif de. *Teoria Jurídica da Informação*. 2010 351 f Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010.

FERRY, Luc. *Famílias, amo vocês: política e vida privada na época da globalização*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

GOMES, Orlando. A evolução do Direito Privado e o atraso da técnica jurídica (1955). *Revista Direito GV*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 121-134, mai. 2005.

GUEDES, Cristiano; DINIZ, Debora. Um caso de discriminação genética: o traço falciforme no Brasil. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, v. 17, p. 507, 2007.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes. *Morrer e suceder: passado e presente da transmissão sucessória concorrente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

KIKUCHI, Berenice. *Enfermagem e Promoção de Saúde nas Doenças Falciforme*. AAFESP: São Paulo, 2009.

KONDER, Carlos Nelson. Apontamentos iniciais sobre a contingencialidade dos institutos de direito civil. In: *Direito civil / organização: Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho e Ricardo Lodi Ribeiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

_____. *Desafios da constitucionalização do direito civil*. In: *Constituição, estado e direito: reflexões contemporâneas*. Celso Martins Azar Filho e Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca (organizadores). Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.

_____. Para além da “principalização” da função social do contrato. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*. Belo Horizonte, vol. 13, p. 39 – 59. jul/set, 2017.

_____. O alcance do direito à identidade pessoal no direito civil brasileiro. *Pensar, Fortaleza*, v 23, n. 1. Jan/mar. 2018.

LEONARDI, Marcel. *Tutela e privacidade na internet*. São Paulo: Saraiva, 2011.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Ricardo Alves de; GUIMARÃES, Henrique Cassalho. A tensão entre os direitos fundamentais e a autonomia privada: perspectivas teóricas no direito civil brasileiro. *civilistica.com*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 1–20, 2019. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/431>. Acesso em: 6 mar. 2024.

LIMA, Ricardo Alves de. *Função social da família*. Curitiba: Juruá, 2013.

Malheiros da Cunha Frota, P., Brandão Aguirre, J. R., & Muriack de Fernandes e Peixoto, M. (2020). TRANSMISSIBILIDADE DO ACERVO DIGITAL DE QUEM FALECE: EFEITOS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE PROJETADOS POST MORTEM. *Constituição, Economia E Desenvolvimento: Revista Eletrônica Da Academia Brasileira De Direito Constitucional*, 10(19), 564–607. Recuperado de <https://abdconstojs.com.br/index.php/revista/article/view/192>.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A caminho de um direito civil constitucional. *Direito, Estado e Sociedade*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Jurídicas, n. 1, jul./dez. 1991.

OLIVEIRA, Ludmila Junqueira Duarte; STANCIOLI, Brunello Souza. Nudge e informação: a tomada de decisão e o “homem médio”. *Revista Direito GV, SÃO PAULO*, V. 17, N. 1, 2021.

PERLINGIERI, Pietro. La funzione sociale del diritto successorio. In: PERLINGIERI, Pietro. *Rassegna di diritto civile 1*. Diretta da Pietro Perlingieri. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2009.

PERLINGIERI, Pietro. Normas constitucionais nas relações privadas. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, n. 6 e 7, 1998/1999.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Virgílio Afonso. Direitos fundamentais e relações entre particulares. Revista Direito GV, n. 1, v. 1. São Paulo, p. 173-180, mai. 2005.

STANCIOLI, Brunello. Renúncia ao exercício de direitos da personalidade ou Como alguém se torna o que quiser. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

TAVARES, André Ramos. Aspectos constitucional-civis do direito fundamental à imagem. IN: JUSTO, A. Santos. Direito Civil Constitucional e outros estudos em homenagem ao professor Zeno Veloso. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

WARREN, BRANDEIS. The Right to Privacy. In Harvard Law Review, Vol Iv, Dez.1890.